

PROCON-RJ

INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

ANALISTA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL 2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



PROCON RJ

Analista de Proteção e Defesa do Consumidor

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto	1
Modos de organização textual: descrição, narração, dissertação e argumentação; parágrafo	6
Uso de operadores argumentativos; Valor semântico e emprego dos conectivos	13
Coerência e coesão textual; Coesão: articulação sintática do texto	15
Intertextualidade	16
Gêneros textuais: textos científicos e publicitários	18
Redação técnica; Redação de textos administrativos e protocolares; Concisão	30
Emprego das formas de tratamento	45
Níveis de linguagem	48
Uso e adequação da língua à situação de comunicação	50
Estrutura da frase; ordem direta e indireta da estrutura frasal;	52
Semântica: significado das palavras e adequação vocabular	53
Paráfrase	55
Tópico frasal	56
Paralelismo rítmico e sintático; paralelismo semântico	58
Figuras de palavras, construção e pensamento	60
A norma culta	66
Ortografia oficial	75
Pontuação	80
Acentuação gráfica	90
Emprego das classes gramaticais	92
Flexões nominais; Flexão verbal: verbos regulares, irregulares, defectivos e anômalos; vozes verbais, locuções verbais e tempos compostos	96
Repetições intencionais; Pleonismo; Anacoluto; ; Processos de coordenação e subordinação (valores sintáticos e semânticos)	101
Regência nominal e verbal	109
Crase	112
Concordância nominal e verbal	114
Ordem de colocação; Sintaxe de colocação: deslocamento e valor semântico-gramatical; Posição do pronome átono; Sintaxe da oração e do período	117
Estrutura e formação de palavras	123
Questões	130
Gabarito	149

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO

Conjuntos e suas operações, diagramas	1
Números inteiros, racionais e reais e suas operações.....	7
Porcentagem	21
Proporcionalidade direta e inversa	23
Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.....	26
Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas. formação de conceitos; discriminação de elementos. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados	32
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal ...	53
Raciocínio matemático	60
Raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal	83
Questões	89
Gabarito.....	98

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Juros simples e Compostos: Montante e juros, Taxa real e taxa efetiva, Taxas equivalentes e capitais equivalentes; Capitalização contínua; Descontos: simples, composto; Desconto racional e desconto comercial	1
Amortizações; Sistema francês; Sistema de amortização constante; Sistema misto ...	13
Fluxo de caixa; Valor atual; Taxa interna de retorno	16
Questões	19
Gabarito.....	25

ECONOMIA

Microeconomia: Conceitos básicos	1
Princípios fundamentais da economia: escassez, escolha, custo de oportunidade, tradeoffs e incentivos.....	2
Demanda e oferta; Curvas de demanda e oferta; Determinantes; Equilíbrio de mercado.....	5
Elasticidades: elasticidade-preço da demanda	8
Teoria do Consumidor	12

SUMÁRIO



Teoria da Firma.....	13
Estruturas de mercado: Análise de mercados competitivos; Discriminação de preços, barreiras à entrada, práticas anticoncorrenciais; Poder de mercado e suas implicações para relações de consumo; Eficiência econômica; Eficiência nas trocas, eficiência produtiva e alocativa; Livre comércio e ganhos de troca	14
Falhas de mercado: Conceito e tipos; Assimetria de informação.....	17
Externalidades: positivas e negativas, ineficiência, soluções	20
Equilíbrio competitivo e eficiência econômica; Custos de transação	23
O Código de Defesa do Consumidor como redutor de assimetrias e de custos de transação.....	26
Papel dos PROCONS como instituições de enforcement.....	28
Noções de Economia Comportamental aplicada às relações de consumo: Conceito de racionalidade limitada.....	31
Implicações dos sistemas cognitivos para decisões de consumo: Sistema 1 vs. Sistema 2.....	33
Heurísticas e vieses cognitivos (disponibilidade, representatividade, ancoragem, aversão à perda, efeito dotação, efeito framing, viés do status quo).....	36
Arquitetura de escolha e nudges.....	38
Macroeconomia: Sistema de contas nacionais	39
Teoria quantitativa da moeda: Funções da Moeda; Conceitos de Oferta e Demanda monetária.....	40
Sistema Financeiro Nacional.....	41
Funções do Banco Central do Brasil.....	42
Instrumentos de Política Monetária.....	45
Principais modelos macroeconômicos de determinação da renda: modelo clássico, keynesiano simples e IS/LM.....	46
Setor externo e regimes cambiais: taxas de câmbio fixa e flutuante	49
Modelos IS/LM/BP e demanda e oferta agregada: política fiscal, monetária, cambial e comercial e seus efeitos sobre o produto, os preços e o balanço de pagamentos. Interação entre as políticas monetária, fiscal e cambial.....	50
Questões	52
GABARITO	56

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: princípios fundamentais.....	1
Aplicabilidade das normas constitucionais: Normas de eficácia plena, contida e limitada; Normas programáticas.....	2
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.....	5

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Proteção do consumidor na ordem constitucional.....	23
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	26
Administração Pública: disposições gerais; Servidores públicos	39
Poder executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República	49
Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	54
Constituição do Estado do Rio de Janeiro	57
Questões	198
GABARITO	205

DIREITO CIVIL

Pessoas naturais; Direitos da Personalidade; Pessoas jurídicas	1
Bens	28
Fato jurídico; Negócio jurídico; Atos jurídicos lícitos e ilícitos; Dos atos ilícitos e responsabilidade Civil: definição, caracterização e efeitos do ato ilícito; Dos atos ilícitos e responsabilidade Civil: definição, caracterização e efeitos do ato ilícito ; Abuso de direito; responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva; responsabilidade por atos ilícitos, por atos lícitos, pelo risco e pelo sacrifício; Pressupostos gerais da responsabilidade civil; Dano; nexos de causalidade; culpa; nexos de imputação; ATIVIDADE HUMANA	36
Prescrição e decadência	65
Direito das obrigações; Modalidades das obrigações; Adimplemento e extinção das obrigações	77
Dos Contratos: conceito de contrato; modalidades de contrato; teoria geral dos contratos; princípios do Direito Contratual; atividade econômica e contrato; formação dos contratos; estipulações envolvendo terceiros; vícios redibitórios; evicção; contratos aleatórios; contratos preliminares; extinção dos contratos; cláusula rebus stantibus; contratos típicos e contratos atípicos; paradigmas e crise do contrato; responsabilidade civil contratual; Contratos Digitais	103
Os regimes unitário e dualista da responsabilidade civil; responsabilidade civil e sistemas coletivos de ressarcimento de danos; Limitação da reparação integral; Tarifação da responsabilidade civil; responsabilidade civil nas relações de consumo .	117
Questões	119
Gabarito	127

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Princípios Constitucionais e gerais do NCPC	1
Teoria Geral do Processo	3
Normas processuais civis	7
Função jurisdicional	10

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Jurisdição e ação.....	28
Atos processuais; Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais; Da comunicação dos atos processuais; Nulidades.....	36
Formação, suspensão e extinção do processo	47
Negócio Jurídico processual	56
Mandado de segurança; Ação civil pública	56
Questões	61
GABARITO	68

DIREITO DO CONSUMIDOR

Lei nº 8.078/90	1
Conceitos de consumidor, de fornecedor e de relação de consumo; Política Nacional de Relações de Consumo; Direitos básicos do consumidor; Decadência e prescrição	26
Proteção à saúde e segurança do consumidor	33
Responsabilidade pelo fato e por vício do produto e do serviço	35
Práticas comerciais; Oferta; Publicidade; Práticas abusivas; Cobranças de dívidas; Bancos de dados e cadastros dos consumidores	47
Proteção e garantia contratual; Contratos de adesão; Prevenção e tratamento do superendividamento; Conciliação no superendividamento; Sanções administrativas; Mediação, conciliação e arbitragem em conflitos de consumo	56
Plataforma consumidor.gov.br; Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	69
Decreto nº 11.034, de 5 de abril de 2022 (SAC)	73
Defesa do consumidor em juízo; Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.....	77
Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 (Ecommerce)	85
Direitos do consumidor na era digital	87
Sustentabilidade e consumo consciente	89
Economia de plataformas digitais.....	92
Inteligência Artificial e Algoritmos nas relações de consumo	94
Decreto nº 2.181/1997.....	97
Sistema Estadual de Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro	116
Lei nº 14.181/2021 (Lei do Superendividamento)	118
Decreto nº 11.034/2022 (diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor).....	122
Decreto nº 7.962/2013 (Comércio Eletrônico).....	127
Questões	128
GABARITO	133

SUMÁRIO



DIREITO ADMINISTRATIVO

Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação.....	1
Agentes públicos: conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública; Direitos e deveres dos servidores públicos; Regimes jurídicos.....	18
Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades.....	35
Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar; Poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade; Concessão; Permissão e autorização dos serviços públicos; Uso e abuso do poder ..	41
Reversibilidade dos bens afetos ao serviço	51
Ordem constitucional econômica: princípios gerais e regime político; Sujeitos econômicos; Intervenção do Estado no domínio econômico; Liberalismo e intervencionismo.....	53
Princípios da Administração Pública	60
Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, autarquias de regime especial, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista; Agências Executivas; Associações Públicas.....	66
Controle da Administração Pública: Controle exercido pela Administração Pública; Controle judicial; Controle legislativo.....	71
Licitações e contratos administrativos: conceito, finalidades, princípios, objeto, normas gerais, em especial a Lei nº 14.133/2021	80
Direito de acesso à informação no Brasil: Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: Capítulos II e IV da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).....	165
Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro: Decreto-Lei nº 220/1975.....	170
Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro: Decreto nº 2.479/1979	182
Regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos: Lei nº 8.987/1995; Lei nº 9.074/1995	222
Agências Reguladoras: natureza jurídica, poder normativo técnico, autonomia decisória, administrativa e financeira, teoria da captura, regime jurídico dos servidores, ouvidoria, prestação de contas e controle social.....	244
Ética no serviço público; Ética no setor público	247
Ética e moral; Ética, princípios e valores.....	248
Ética e democracia: exercício da cidadania	253
Ética e função pública	254
Decreto nº 45.583/2012.....	255
Lei Estadual nº 5.427/2019	255
Lei Federal nº 8.429/1992 e suas alterações	266
Lei nº 12.846/2013 e suas alterações	279
Lei Estadual nº 5.738/2010 (criação da Autarquia PROCON-RJ).....	284
Decreto Estadual nº 43.400/2012 (Estatuto do PROCON/RJ).....	296

SUMÁRIO



Lei Estadual nº 6.007/2011	305
Questões	313
GABARITO	319

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conceito de Internet e Intranet; Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet	1
Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa e de redes sociais	6
Noções de sistema operacional (ambiente Windows).....	15
Acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo e multimídia.....	27
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office)	28
Redes de computadores	55
Conceitos de proteção e segurança; Noções de vírus, worms e pragas virtuais; Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).....	66
Noções de Inteligência Artificial: conceitos básicos, IA generativa, chatbots, aplicações no serviço público; Ética, transparência e vieses em sistemas de IA	70
Proteção de dados pessoais em sistemas inteligentes.....	76
Decreto Estadual nº 48.209/2022 - Produção e tramitação eletrônica de documentos e processos administrativos na Administração pública e dá outras providências	81
Questões	94
Gabarito.....	102



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

► Símbolos importantes

- $\in$: pertence
- $\notin$: não pertence
- $\subset$: está contido
- $\not\subset$: não está contido
- $\supset$: contém
- $\not\supset$: não contém
- $/$: tal que
- $\Rightarrow$: implica que
- $\Leftrightarrow$: se, e somente se
- $\exists$: existe
- $\nexists$: não existe
- $\forall$: para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$: conjunto vazio
- $\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais
- $\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros
- $\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais
- $\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais
- $\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

► Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto. Exemplo: $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos. Exemplo: $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$
- Enumerando esses elementos temos. Exemplo: $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$
- Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos. Exemplo:



► Taxas de juros

Índices fundamentais no estudo da matemática financeira, sendo incorporadas sempre ao capital. São elas:

▪ **Taxa efetiva:** são aquelas onde a taxa da unidade de tempo coincide com a unidade de tempo do período de capitalização(valorização). Exemplo: Uma taxa de 13% ao trimestre com capitalização trimestral.

Atenção: Quando no enunciado não estiver citando o período de capitalização, a mesma vai coincidir com unidade da taxa. Em outras palavras iremos trabalhar com taxa efetiva!!!

▪ **Taxa nominal:** são aquelas cujas unidade de tempo **NÃO** coincide com as unidades de tempo do período de capitalização.

Exemplo:

1. (TJ/PE- ANALISTA JUDICIÁRIO-CONTADOR-FCC)

Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,

- (A) 21,7%.
- (B) 22,5%.
- (C) 24,8%.
- (D) 32,4%.
- (E) 33,7%.

Resolução:

21% a. t capitalizados mensalmente (taxa nominal), como um trimestre tem 3 meses, $21/3 = 7\%$ a.m(taxa efetiva).

im = taxa ao mês

it= taxa ao trimestre.

$(1+im)^3 = (1+it)$ à $(1+0,07)^3 = 1+it$ à $(1,07)^3 = 1+it$ à $1,225043 = 1+it$ à $it = 1,225043 - 1$ à $it = 0,225043 \times 100$ à $it = 22,5043\%$

Resposta: B

Atenção: Para resolução de questões com taxas nominais devemos primeiramente descobrir a taxa efetiva (multiplicando ou dividindo a taxa)

Importante: toda taxa nominal traz implícita uma taxa efetiva que deve ser calculada proporcionalmente.

▪ **Taxas proporcionais (regime de juros simples):** são taxas em unidade de tempo diferente que aplicadas sobre o mesmo capital ao mesmo período de tempo irão gerar o mesmo montante.

Exemplo:

(PREF. FLORIANÓPOLIS/SC – AUDITOR FISCAL – FEPESE) A taxa de juros simples mensais de 4,25% equivalente à taxa de:

- (A) 12,5% trimestral.
- (B) 16% quadrimestral.



FUNDAMENTOS DA MICROECONOMIA

► Conceito de microeconomia

A microeconomia é o ramo da ciência econômica que estuda o comportamento individual dos agentes econômicos. Seu foco está nas decisões tomadas por consumidores, empresas e outros agentes dentro de mercados específicos. Ela analisa como esses agentes interagem entre si para formar preços, distribuir recursos e determinar a quantidade de bens e serviços produzidos e consumidos.

Diferente da macroeconomia, que observa o desempenho da economia como um todo, a microeconomia trabalha com unidades econômicas menores. Em vez de analisar o nível geral de preços, por exemplo, a microeconomia estuda o preço de um produto específico, como o pão ou a gasolina, e os fatores que influenciam sua variação.

O principal objetivo da microeconomia é entender como as escolhas individuais afetam a alocação eficiente de recursos. Ela fornece modelos e teorias que ajudam a explicar decisões como: quanto produzir, a que preço vender, quanto comprar e o que consumir.

Agentes analisados – consumidores, empresas e mercados:

A microeconomia estuda principalmente três tipos de agentes econômicos: consumidores, produtores (empresas) e o próprio mercado, que é o ambiente onde essas interações ocorrem.

- **Consumidores:** tomam decisões sobre o que comprar, quanto consumir e como distribuir sua renda entre diferentes bens e serviços. A teoria do consumidor busca explicar essas escolhas com base em preferências, renda disponível e preços de mercado.
- **Empresas (ou produtores):** são responsáveis pela produção de bens e serviços. Elas decidem o que produzir, qual tecnologia usar, quanto de cada insumo empregar e a que preço ofertar seus produtos. A teoria da firma estuda o comportamento das empresas com o objetivo de maximizar o lucro.
- **Mercados:** representam o ambiente em que consumidores e produtores interagem. É no mercado que ocorre a formação dos preços, com base na oferta e na demanda. A microeconomia estuda os diferentes tipos de estruturas de mercado, como concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolista.

Essas interações são analisadas de forma detalhada, com o objetivo de entender os incentivos e restrições enfrentados por cada agente.

Princípios econômicos aplicados à microeconomia:

Alguns princípios fundamentais da economia são especialmente importantes para a microeconomia. Entre os mais relevantes estão:

- **Escassez e escolha:** como os recursos são limitados, os agentes precisam fazer escolhas sobre o que produzir e consumir. Cada escolha implica uma renúncia, e a microeconomia analisa essas decisões em nível individual.
- **Custo de oportunidade:** é o valor da melhor alternativa sacrificada ao se fazer uma escolha. Esse conceito está presente em todas as decisões dos consumidores e produtores.
- **Marginalidade:** decisões são tomadas com base em análises marginais, ou seja, considerando os custos e benefícios de se adicionar uma unidade a mais de consumo ou produção.
- **Incentivos:** os agentes respondem a estímulos econômicos. Um aumento no preço de um produto, por exemplo, tende a reduzir a quantidade demandada e aumentar a quantidade ofertada.
- **Eficiência e bem-estar:** a microeconomia também busca entender como os recursos podem ser alocados de forma a maximizar o bem-estar dos indivíduos, considerando eficiência produtiva e alocativa.



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



► Das Pessoas Naturais

Podemos conceituar as pessoas naturais como pessoas físicas, haja vista o ser humano ser considerado como sujeito de direitos e obrigações. Assim sendo, pondera-se que para ser uma pessoa, basta existir, ou seja, nascer com vida e adquirir personalidade jurídica.

Personalidade Jurídica

Personalidade jurídica é a capacidade para titularizar direitos e contrair obrigações, ou, seja, é o atributo para ser sujeito de direito, sendo que após adquirida a personalidade, poderá atuar o ente na condição de sujeito de direito, tanto como pessoa natural quanto como pessoa jurídica, podendo operar com a prática de atos e negócios jurídicos de diferentes situações.

No condizente à pessoa natural ou física, denota-se que o Código Civil de 2002 determina no artigo 1º, o seguinte:

Art. 1º. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

A determinação acima, é permissionária da inferência de que a personalidade é um atributo de toda e qualquer pessoa, independentemente de ser ela natural ou jurídica, tendo em vista que a própria norma civil não faz tal distinção em seu caderno processual.

De acordo com o artigo 2º do Código Civil de 2002, a personalidade jurídica, ocorre a partir do nascimento com vida. Desta maneira, no momento em que inicia o funcionamento do aparelho cardiorrespiratório, clinicamente aferível pelo exame de docimasia hidrostática de Galeno, o recém-nascido passa a adquirir personalidade jurídica, vindo a se tornar sujeito de direito, ainda que venha a falecer minutos depois do seu nascimento.

Ao processo mencionado acima, de acordo com a Doutrina, dá-se o nome de teoria natalista, sendo que de acordo com essa diretriz, caso o recém-nascido, cujo pai já tenha falecido, venha a falecer minutos após o parto, irá adquirir todos os direitos sucessórios do seu genitor que deverão ser transferidos para a sua mãe.

Do nascituro

Trata-se o nascituro do ser humano concebido, mas que ainda não nasceu.

Nesse sentido, denota-se que o Código Civil trata do nascituro mesmo quando ele não é considerando exatamente uma pessoa, colocando a salvo a proteção legal dos seus direitos desde a concepção, nos ditames do artigo 2º do Código Civil. Vejamos:

Art. 2º. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Denota-se que embora haja profunda controvérsia doutrinária, no Brasil, é adotada a tradicional teoria natalista, por intermédio da qual a aquisição da personalidade é operada a partir do nascimento com vida, sendo que não sendo pessoa, o nascituro possuiria somente mera expectativa de direito.

São direitos do nascituro:

- a) **A titularidade de direitos personalíssimos:** o direito à vida, o direito à proteção pré-natal, dentre outros;
- b) Receber doação, sem que haja prejuízo do recolhimento do imposto de transmissão *inter vivos*;
- c) O benefício do legado e da herança;
- d) O Código Penal tipifica o crime de aborto;
- e) Como consequência da proteção garantida pelos direitos da personalidade, o nascituro tem direito à realização do exame de DNA, para efeito de verificação de paternidade;



► Princípio do devido Processo Legal

O princípio do devido processo legal é tido como um dos princípios universais que regem o processo, e, juntamente com outros a serem abordados, como o princípio da legalidade, da boa-fé, da ampla defesa e do contraditório, do juiz natural e da isonomia, configura-se como um dos pilares fundamentais à observância de um trâmite processual justo, democrático e adequado.

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, traz a aplicabilidade do princípio de forma incontroversa, pontuando em sua redação pétrea a garantia do acesso à justiça, o direito ao processo e todas as regras dele decorrentes (art. 5º, incisos XXXV, LIV, LV, e LXXVIII, todos da CF/88).

Assim, entende-se o devido processo legal como sendo um princípio de maior abrangência, na medida em que se define essencialmente como sendo **a garantia de uma tutela jurisdicional que observe todas as regras e princípios impostos pela normativa pátria**. Através disso, visa-se a concretização de um processo justo, assimilando o direito processual e material e proporcionando a solução mais adequada ao caso concreto.

São abarcados pelo devido processo legal, portanto, os princípios do contraditório, da ampla defesa, do juiz natural, do juiz competente, da razoável duração do processo e da celeridade. Todos atuam conjuntamente para garantir o adequado deslinde processual, em observância não somente das regras estipuladas na carta legislativa, mas também das medidas cabíveis a serem tomadas dentro do espectro da *razoabilidade* e da *proporcionalidade*.

Nesta ótica, Humberto Theodoro Junior destaca que:

“(...) o due process of law realiza, entre outras, a função de um superprincípio, coordenando e delimitando todos os demais princípios que informam tanto o processo como o procedimento. Inspira e torna realizável a proporcionalidade e razoabilidade que devem prevalecer na vigência e na harmonização de todos os princípios do direito processual de nosso tempo”. (THEODORO JÚNIOR, Humberto, 1938- Curso de direito processual civil – 59. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018).

A função máxima do princípio, por sua vez, é **garantir a efetividade dos direitos fundamentais constitucionalmente tutelados**, através de:

(i) um viés procedimental, isto é, garantindo a observância das normas para o deslinde processual, com um procedimento que promova o equilíbrio entre as partes; e

(ii) um viés substancial, que se concretiza através do próprio exercício jurisdicional, com a tomada de medidas adequadas, justas e razoáveis.

Pois bem. O caráter essencialmente procedimental conferido ao devido processo legal se faz justamente na **contemplanção das regras e formalidades** próprias do processo, previstas pelo legislador.

A concretização do princípio através do exercício jurisdicional, por sua vez, se figura através do uso da discricionariedade do juízo em face do contexto fático. Isto quer dizer que, cabe ao juízo promover decisões justas, que confirmem aos litigantes a oportunidade de defesa, bem como a tutela do direito perquirido.

Para tanto, as decisões prolatadas devem partir de uma **imparcialidade do juiz**, que deve agir em consonância com os **limites da legalidade**, fundamentando de forma aprofundada a **motivação** de suas decisões.

► Princípios do Contraditório, da Ampla Defesa e do Juiz Natural

Do contraditório

A estrutura do processo se fundamenta no exercício do contraditório, que é previsto constitucionalmente, no art. 5º, inciso LV, da Carta Magna. A aplicação principiológica do contraditório, por sua vez, é fundada justamente na participação equilibrada das partes litigantes no deslinde processual, proporcionando a estruturação das etapas processuais sobre parâmetros democráticos, à luz do art. 9º, do CPC/15.



LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RELAÇÕES DE CONSUMO

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.



► Conceito

Hely Lopes Meirelles conceitua ato administrativo como sendo “toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”.

Já Maria Sylvia Zanella Di Pietro explana esse tema, como: “a declaração do Estado ou de quem o representante, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário”.

O renomado, Celso Antônio Bandeira de Mello, por sua vez, explica o conceito de ato administrativo de duas formas. São elas:

a) Primeira: em sentido amplo, na qual há a predominância de atos gerais e abstratos. **Exemplos:** os contratos administrativos e os regulamentos.

No sentido amplo, de acordo com o mencionado autor, o ato administrativo pode, ainda, ser considerado como a “declaração do Estado (ou de quem lhe faça às vezes – como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional”.

b) Segunda: em sentido estrito, no qual acrescenta à definição anterior, os atributos da unilateralidade e da concreção. Desta forma, no entendimento estrito de ato administrativo por ele exposto, ficam excluídos os atos convencionais, como os contratos, por exemplo, bem como os atos abstratos.

Embora haja ausência de uniformidade doutrinária, a partir da análise lúcida do tópico anterior, acoplada aos estudos dos conceitos retro apresentados, é possível extrair alguns elementos fundamentais para a definição dos conceitos do ato administrativo.

De antemão, é importante observar que, embora o exercício da função administrativa consista na atividade típica do Poder Executivo, os Poderes Legislativo e Judiciário, praticam esta função de forma atípica, vindo a praticar, também, atos administrativos. Exemplo: ao realizar concursos públicos, os três Poderes devem nomear os aprovados, promovendo licitações e fornecendo benefícios legais aos servidores, dentre outras atividades. Acontece que em todas essas atividades, a função administrativa estará sendo exercida que, mesmo sendo função típica, mas, recordemos, não é função exclusiva do Poder Executivo.

Denota-se também, que nem todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato administrativo, isso por que em inúmeras situações, o Poder Público pratica atos de caráter privado, desvestindo-se das prerrogativas que conformam o regime jurídico de direito público e assemelhando-se aos particulares. Exemplo: a emissão de um cheque pelo Estado, uma vez que a referida providência deve ser disciplinada exclusivamente por normas de direito privado e não público.

Há de se desvencilhar ainda que o ato administrativo pode ser praticado não apenas pelo Estado, mas também por aquele que o representante. Exemplo: os órgãos da Administração Direta, bem como, os entes da Administração Indireta e particulares, como acontece com as permissionárias e com as concessionárias de serviços públicos.

Destaca-se, finalmente, que o ato administrativo por não apresentar caráter de definitividade, está sujeito a controle por órgão jurisdicional. Em obediência a essas diretrizes, compreendemos que ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade proveniente de entidade arremetida em prerrogativas estatais amparadas pelos atributos provenientes do regime jurídico de direito público, destinados à produção de efeitos jurídicos e sujeitos a controle judicial específico.

Em suma, temos:



A Internet é uma rede mundial de computadores interligados através de linhas de telefone, linhas de comunicação privadas, cabos submarinos, canais de satélite, etc¹. Ela nasceu em 1969, nos Estados Unidos. Interligava originalmente laboratórios de pesquisa e se chamava ARPAnet (ARPA: Advanced Research Projects Agency). Com o passar do tempo, e com o sucesso que a rede foi tendo, o número de adesões foi crescendo continuamente. Como nesta época, o computador era extremamente difícil de lidar, somente algumas instituições possuíam internet.

No entanto, com a elaboração de softwares e interfaces cada vez mais fáceis de manipular, as pessoas foram se encorajando a participar da rede. O grande atrativo da internet era a possibilidade de se trocar e compartilhar ideias, estudos e informações com outras pessoas que, muitas vezes nem se conhecia pessoalmente.

Conectando-se à Internet

Para se conectar à Internet, é necessário que se ligue a uma rede que está conectada à Internet. Essa rede é de um provedor de acesso à internet. Assim, para se conectar você liga o seu computador à rede do provedor de acesso à Internet; isto é feito por meio de um conjunto como modem, roteadores e redes de acesso (linha telefônica, cabo, fibra-ótica, wireless, etc.).

World Wide Web

A web nasceu em 1991, no laboratório CERN, na Suíça. Seu criador, Tim Berners-Lee, concebeu-a unicamente como uma linguagem que serviria para interligar computadores do laboratório e outras instituições de pesquisa, e exibir documentos científicos de forma simples e fácil de acessar.

Hoje é o segmento que mais cresce. A chave do sucesso da World Wide Web é o hipertexto. Os textos e imagens são interligados por meio de palavras-chave, tornando a navegação simples e agradável.

Protocolo de comunicação

Transmissão é fundamentalmente por um conjunto de protocolos encabeçados pelo TCP/IP. Para que os computadores de uma rede possam trocar informações entre si é necessário que todos os computadores adotem as mesmas regras para o envio e o recebimento de informações. Este conjunto de regras é conhecido como Protocolo de Comunicação. No protocolo de comunicação estão definidas todas as regras necessárias para que o computador de destino, “entenda” as informações no formato que foram enviadas pelo computador de origem.

Existem diversos protocolos, atualmente a grande maioria das redes utiliza o protocolo TCP/IP já que este é utilizado também na Internet.

O protocolo TCP/IP acabou se tornando um padrão, inclusive para redes locais, como a maioria das redes corporativas hoje tem acesso Internet, usar TCP/IP resolve a rede local e também o acesso externo.

TCP / IP

Sigla de Transmission Control Protocol/Internet Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet).

Embora sejam dois protocolos, o TCP e o IP, o TCP/IP aparece nas literaturas como sendo:

- O protocolo principal da Internet;
- O protocolo padrão da Internet;
- O protocolo principal da família de protocolos que dá suporte ao funcionamento da Internet e seus serviços.

¹ <https://cin.ufpe.br/~macm3/Folders/Apostila%20Internet%20-%20Avan%E7ado.pdf>



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!